



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008212-10.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **João Carlos Vineli**
 Requerido: **Telefonica Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ser titular de linha telefônica que especificou, a qual deixou de funcionar no final de 2012 sem qualquer aviso.

Alegou ainda que em contato com a ré soube que isso aconteceu em decorrência da troca de tecnologia afeta à linha, sendo ela religada apenas em meados de fevereiro de 2013.

Salientou que mesmo assim a linha nunca funcionou normalmente, não obstante as tentativas para que isso acontecesse, inclusive junto ao PROCON local.

Almeja à imediata reinstalação da linha e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Já a ré em contestação admitiu que para atender determinação da ANATEL fez a mudança nas linhas telefônicas de tecnologia de WLL para a tecnologia FWT.

Acrescentou que a falha apontada pelo autor pendia de verificação técnica, mas ressaltou que em momento algum obrou com culpa.

Assim posta a questão controvertida, foi expedido mandado para constatação da situação da linha telefônica do autor, sobrevindo então a certidão de fl. 81.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nela, o Oficial de Justiça encarregado da medida confirmou que tal linha telefônica não está funcionando corretamente porque não recebe chamadas (em caso de ligações, há o encaminhamento para caixa postal que informa que a linha não está disponível).

Como se não bastasse, restou apurado que a linha faz ligações, *“porém com muito chiado”*.

A ré não impugnou essa diligência, deixando de pronunciar-se sobre ela (fl. 90).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, as falhas aludidas pelo autor na petição inicial foram reconhecidas pela ré e confirmadas pela certidão de fl. 81, não refutada por outros dados de convicção.

Transparece inadmissível que após a mudança de tecnologia que ao menos em tese permitiria melhor uso da linha em apreço isso não só não ocorreu como a qualidade dos serviços piorou.

Não se pode olvidar que os fatos trazidos à colação tiveram início em dezembro de 2012 e um ano depois (a certidão de fl. 81 foi lavrada em 16 de dezembro de 2013) o panorama que se encontrou revelou o mau funcionamento da linha do autor.

Bem por isso, é de rigor a condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em normalizar os serviços dessa linha.

A existência dos danos morais suportada pelo autor, de outro lado, é indubitosa.

Como já assinalado, foi largo o espaço de tempo sem que a situação se resolvesse completamente, não obstante a intervenção do PROCON local e a existência do presente feito.

A despeito disso, a linha telefônica do autor continua não funcionando normalmente, o que impõe a ele abalo de vulto e que vai muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

Aliás, a importância de uma linha telefônica nos dias de hoje dispensa considerações a demonstrá-la, sendo certo o desgaste sofrido pelo autor, como sucederia com qualquer pessoa mediana em seu lugar, a configurar os propalados danos morais.

O valor da indenização, porém, não haverá de ser o proclamado pelo autor, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em seis mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para determinar à ré que em dez dias providencie a regularização do funcionamento da linha telefônica tratada nos autos (sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00, importância que valerá então como indenização por perdas e danos decorrentes do não cumprimento da obrigação), bem como para condená-la a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Quanto à obrigação de fazer, transitada em julgado a presente, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Quanto à condenação em dinheiro, caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**